ISSN: 2358-8829

A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO NA BNCC: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DA REABILITAÇÃO URBANA EM PORTUGAL

Mônica Rosario Alves [1]
Idi Carla Santos de Araújo [2]

INTRODUÇÃO

A desvalorização e a degradação do patrimônio cultural brasileiro refletem um distanciamento crítico entre a educação patrimonial e o ensino formal na construção da identidade cidadã. Diante desse cenário, este artigo analisa os desafios da preservação patrimonial articulada às diretrizes curriculares nacionais e à dimensão cultural da Reabilitação Urbana Integrada (Alves, 2026). Um dos possíveis problemas no tratamento fragmentado do patrimônio pode ser analisado também a partir da fragmentação das competências e habilidades desenvolvidas na BNCC, considerando sua articulação com a concepção de educação ao longo da vida e com a organização do currículo escolar.

O objetivo principal desta pesquisa é propor reflexões e caminhos pedagógicos para a superação dessa fragmentação na educação básica, transformando a cidade em extensão contínua da sala de aula. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico-documental e analítico-comparativo, confrontando os marcos normativos da educação e os modelos de salvaguarda urbana luso-brasileiros. Essa análise articula-se à proposição de práticas pedagógicas ativas, como o mapeamento afetivo por meio da prática do desenho e do patrimônio.

Como resultados e discussões, argumenta-se que o combate à desvalorização patrimonial exige superar o caráter eventual das ações escolares, integrando a Educação Patrimonial às políticas de desenvolvimento urbano e de cidadania. Conclui-se que a reabilitação urbana integrada depende de uma formação cidadã pautada no pertencimento

[1] Arquiteta e Urbanista, Professora e Doutora do PPGAU/UFRN. E-mail: monica.alves@ufrn.br
[2] Pedagoga, Neuropedagoga e Mestra em Educação e Tecnologia (PPGITE/IMD/UFRN). E-mail: idi.2057344@educar.rn.gov.br

e na valorização cultural e educacional, garantindo que o espaço urbano seja compreendido como um livro aberto para o aprendizado e a emancipação social.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza qualitativa, estruturando-se em caráter bibliográfico-documental e analítico-comparativo. O percurso metodológico consistiu, inicialmente, na revisão sistemática da literatura pertinente aos campos da Educação Patrimonial (Scifoni, 2017; 2022), do Urbanismo e das políticas públicas de preservação cultural. Em um segundo momento, procedeu-se à análise documental dos marcos normativos educacionais brasileiros, com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), identificando as lacunas e potencialidades no tratamento conferido ao patrimônio cultural e ao espaço urbano.

Adicionalmente, realizou-se um estudo analítico-comparativo confrontando os modelos de salvaguarda urbana adotados no Brasil com as experiências de Reabilitação Urbana Integrada em Portugal (Alves, 2026), destacando a participação comunitária e a valorização da memória coletiva. Por fim, articulou-se a fundamentação teórica à proposição de práticas pedagógicas ativas, fundamentadas no mapeamento afetivo e na prática do desenho como instrumentos metodológicos para a leitura crítica da cidade no cotidiano escolar da educação básica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O debate acerca da salvaguarda do patrimônio cultural no âmbito da educação formal exige compreender a trajetória das políticas de preservação e sua articulação com os currículos escolares. Historicamente, a educação patrimonial no Brasil tem oscilado entre práticas descontextualizadas de cunho monumentalista e ações pontuais desconectadas da realidade vivida pelos estudantes, como mostra as figuras 01 e 02.

ISSN: 2358-8829

Figura 1 – A gênese da salvaguarda no Brasil: do SPHAN[3] ao CNRC[4]: marcos históricos iniciais (1937-1970).



Fonte: Autoras, 2026.

Figura 2 – O Projeto Interação e a Educação Patrimonial: o marco de 1981 e a Prática.



Fonte: Autoras, 2026.

Conforme apontam as discussões contemporâneas sobre o tema, a preservação do patrimônio não se restringe à tutela de bens materiais isolados, mas engloba as expressões imateriais, as paisagens urbanas e as dinâmicas sociais que constituem a vida nas cidades.

No cenário normativo atual (figura 3), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece normativas balisadoras fundamentais para a Educação Básica, mas apresenta fragilidades estruturais no tratamento dado à dimensão espacial e patrimonial. Ao diluir a complexidade do patrimônio cultural em habilidades genéricas, frequentemente restritas a competências contemplativas de valorização estética.

[3] Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
[4] Centro Nacional de Referência Cultural.

ISSN: 2358-8829

Figura 3 – O Marco Normativo da Educação no Brasil.



Fonte: Autoras, 2026.

A BNCC contempla o reconhecimento e a compreensão do patrimônio (figura 4); entretanto, a fragmentação das competências e habilidades ao longo das etapas de aprendizagem pode dificultar sua articulação com a realidade social e com a formação integral dos sujeitos, distanciando, em determinados momentos, o conhecimento escolar das práticas efetivas de valorização do patrimônio, do exercício do direito à cidade (Lefebvre, 2001) e da construção da criticidade socioespacial.

Figura 4 – Estrutura da BNCC na Educação Básica: componentes curriculares na BNCC.



Fonte: Autoras, 2026.

Na figura 5 e 6 podemos visualizar a compreensão dessa desarticulação e investimento de valorização durante as etapas da educação Básica:

ISSN: 2358-8829

Figura 5 – Mapeamento das habilidades nos Anos Iniciais em História



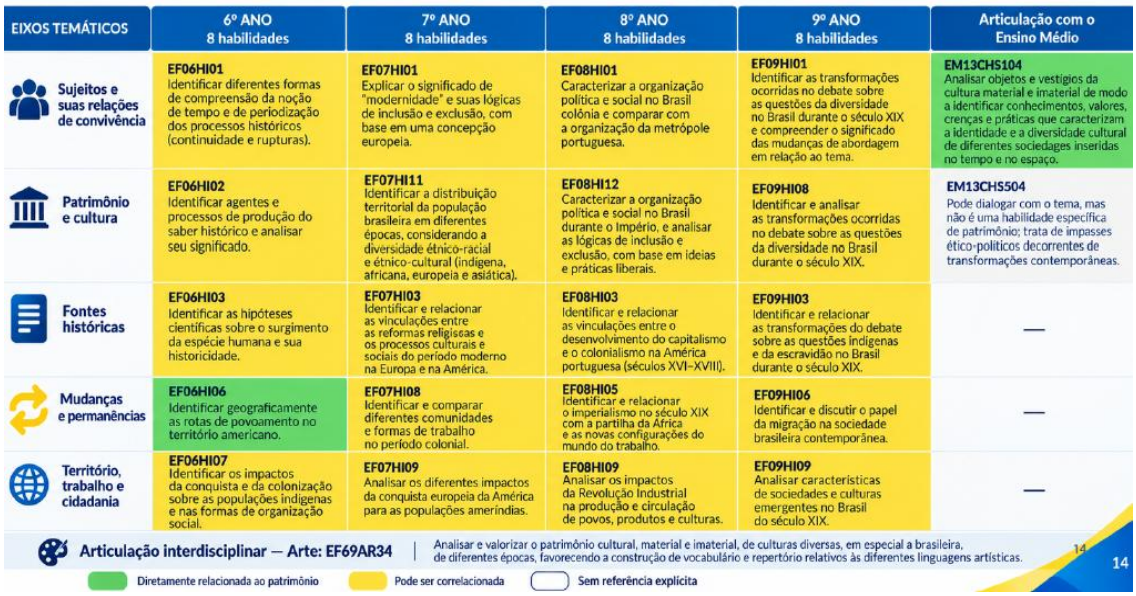
EIXOS TEMÁTICOS	1º ANO 3 habilidades	2º ANO 5 habilidades	3º ANO 7 habilidades	4º ANO 7 habilidades	5º ANO 9 habilidades
Sujeitos e seus lugares de vivência	**EF01HI01** Identificar diferentes formas de viver, organizar-se e relacionar-se em distintos tempos e espaços.	**EF02HI01** Reconhecer espaços de convivência e identificar modos de vida de diferentes grupos sociais.	**EF03HI01** Identificar e comparar modos de vida em diferentes tempos e espaços.	**EF04HI01** Reconhecer a diversidade de formas de organização dos grupos humanos e suas transformações no tempo e no espaço.	**EF05HI01** Identificar a formação dos povos e culturas que compõem a história brasileira, comparando suas formas de organização.
Memória e patrimônio	**EF01HI08** Reconhecer o significado das comemorações e festas escolares, diferenciando-as das datas festivas da comunidade ou família.	**EF02HI03** Selecionar situações de cotidiano que remetem à noção de memória e patrimônio nos diferentes lugares de vivência.	**EF03HI04** Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região, reconhecendo sua importância para a memória local e coletiva.	**EF04HI03** Identificar e valorizar o patrimônio material e imaterial de diferentes grupos sociais em seus lugares de vivência.	**EF05HI10** Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade, reconhecendo sua importância para a preservação da memória coletiva.
Fontes históricas	—	**EF02HI05** Identificar e organizar informações sobre o passado em fontes orais, visuais e materiais.	**EF03HI05** Identificar e selecionar fontes históricas de diferentes naturezas (orais, escritas, visuais, materiais) para compreender o passado.	**EF04HI05** Relacionar os processos de produção de fontes históricas com as formas de registro e preservação da memória.	**EF05HI07** Identificar os usos das fontes históricas e reconhecer seus limites e possibilidades na construção de narrativas sobre o passado.
Mudanças e permanências	—	**EF02HI06** Identificar mudanças e permanências em objetos, paisagens e modos de vida no seu cotidiano.	**EF03HI06** Comparar modos de vida em diferentes tempos e espaços, identificando mudanças e permanências.	**EF04HI07** Analisar mudanças e permanências no processo de formação das cidades e do campo.	**EF05HI08** Analisar os processos de transformação dos territórios e as relações entre passado e presente.
Território, trabalho e cidadania	—	**EF02HI07** Reconhecer diferentes formas de trabalho e sua importância na vida em sociedade.	**EF03HI07** Identificar os diferentes grupos sociais que constroem os lugares de vivência.	**EF04HI08** Relacionar os processos de trabalho e a produção do espaço geográfico nas cidades e no campo.	**EF05HI09** Analisar conflitos e negociações no processo de ocupação dos territórios e na construção da cidadania.

Diretamente relacionada ao patrimônio | Pode ser correlacionada | Sem referência explícita

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2017. Área de História – Ensino Fundamental. 13

Fonte: Autoras, 2026.

Figura 6 – Mapeamento das habilidades nos Anos Finais e ensino médio em História



EIXOS TEMÁTICOS	6º ANO 8 habilidades	7º ANO 8 habilidades	8º ANO 8 habilidades	9º ANO 8 habilidades	Articulação com o Ensino Médio
Sujeitos e suas relações de convivência	**EF06HI01** Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidade e rupturas).	**EF07HI01** Explicar o significado de "modernidade" e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia.	**EF08HI01** Caracterizar a organização política e social no Brasil colônia e comparar com a organização da metrópole portuguesa.	**EF09HI01** Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XIX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.	**EM13CHS104** Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
Patrimônio e cultura	**EF06HI02** Identificar agentes e processos de produção do saber histórico e analisar seu significado.	**EF07HI11** Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).	**EF08HI12** Caracterizar a organização política e social no Brasil durante o Império, e analisar as lógicas de inclusão e exclusão, com base em ideias e práticas liberais.	**EF09HI08** Identificar e analisar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XIX.	**EM13CHS504** Pode dialogar com o tema, mas não é uma habilidade específica de patrimônio; trata de impasses ético-políticos decorrentes de transformações contemporâneas.
Fontes históricas	**EF06HI03** Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade.	**EF07HI03** Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América.	**EF08HI03** Identificar e relacionar as vinculações entre o desenvolvimento do capitalismo e o colonialismo na América portuguesa (séculos XVI–XVIII).	**EF09HI03** Identificar e relacionar as transformações do debate sobre as questões indígenas e da escravidão no Brasil durante o século XIX.	—
Mudanças e permanências	**EF06HI06** Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano.	**EF07HI08** Identificar e comparar diferentes comunidades e formas de trabalho no período colonial.	**EF08HI05** Identificar e relacionar o imperialismo no século XIX com a partilha da África e as novas configurações do mundo do trabalho.	**EF09HI06** Identificar e discutir o papel da migração na sociedade brasileira contemporânea.	—
Território, trabalho e cidadania	**EF06HI07** Identificar os impactos da conquista e da colonização sobre as populações indígenas e nas formas de organização social.	**EF07HI09** Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias.	**EF08HI09** Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas.	**EF09HI09** Analisar características de sociedades e culturas emergentes no Brasil do século XIX.	—

Articulação interdisciplinar – Arte: EF69AR34 | Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.

Diretamente relacionada ao patrimônio | Pode ser correlacionada | Sem referência explícita

14

Fonte: Autoras, 2026.

A análise comparativa das Figuras 5 e 6 evidencia que a abordagem do patrimônio nas habilidades de História previstas na BNCC apresenta diferentes níveis de aproximação ao longo da trajetória escolar. Conforme a legenda, enquanto algumas habilidades estabelecem relação direta com o patrimônio (verde), outras permitem associações indiretas (amarelo), e há ainda aquelas que não apresentam referência explícita ao tema (branco).

ISSN: 2358-8829

Nos anos iniciais, observa-se uma presença mais evidente de habilidades relacionadas à memória, à cultura e à valorização dos patrimônios materiais e imateriais. Entretanto, nos anos finais do Ensino Fundamental, essas relações passam a aparecer, predominantemente, de maneira indireta, vinculadas a processos históricos, políticos, econômicos e territoriais. No Ensino Médio, embora a temática permaneça contemplada, sua abordagem também não assegura, por si só, a continuidade de uma perspectiva articulada de educação patrimonial.

A análise do mapeamento das habilidades permite problematizar não a ausência do patrimônio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas a continuidade e a articulação de sua abordagem ao longo das etapas de escolarização. Embora o documento contemple habilidades relacionadas à identificação, ao reconhecimento e à valorização das referências culturais, observa-se que essas aprendizagens nem sempre se apresentam articuladas a uma perspectiva contínua de formação dos sujeitos e de compreensão das relações entre patrimônio, território e vida social (BRASIL, 2017). Essa questão dialoga com Scifoni (2017, 2022), ao problematizar os limites das abordagens tradicionais de educação patrimonial e defender práticas educativas que reconheçam os sujeitos como produtores de cultura e memória, valorizando suas experiências e referências cotidianas.

Nessa perspectiva, o distanciamento entre o reconhecimento do patrimônio e sua apropriação social pode fragilizar os processos de construção de pertencimento e identidade coletiva. Como argumentam Florêncio et al. (2014), a educação patrimonial deve fundamentar-se na participação social e na construção coletiva do conhecimento. Essa compreensão também encontra respaldo na Portaria IPHAN nº 375/2018, que estabelece a transversalidade da educação patrimonial e reconhece a importância da leitura do território em suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Desse modo, a salvaguarda do patrimônio não pode ser compreendida exclusivamente como uma questão de preservação física dos bens culturais, tampouco como responsabilidade restrita à educação escolar. Trata-se de um processo social e político que demanda articulação entre políticas públicas, instituições, comunidades e práticas educativas. Ao relacionar essa discussão ao direito à cidade, torna-se necessário ampliar as possibilidades de participação dos sujeitos na identificação, interpretação, apropriação e defesa de suas referências culturais, conforme também estabelece o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

Assim, repensar a educação patrimonial significa incorporá-la de maneira transversal às experiências formativas, aproximando o currículo das demandas sociais e das realidades territoriais, de modo a fortalecer a identidade, o pertencimento e a participação cidadã.

Para superar essa lacuna, torna-se profícua a interlocução com os modelos de Reabilitação Urbana Integrada consolidados em Portugal (Alves, 2026). Diferente de intervenções urbanísticas puramente mercadológicas ou higienistas, a reabilitação urbana na experiência lusa enfatiza a salvaguarda da habitação, da memória e da coesão social nos centros históricos, articulando a reestruturação física do espaço à valorização identitária de seus habitantes (figura 7). Essa perspectiva dialógica demonstra que a preservação do patrimônio edificado e paisagístico é indissociável da vitalidade cultural e da participação ativa dos cidadãos na gestão da cidade.

Figura 7 – A Reabilitação Urbana Integrada como Práxis Cultural –o urbanismo contemporâneo e as dimensões social e cultural.



Fonte: Autoras, 2026.

Nesse sentido, a articulação entre a escola e a cidade ganha centralidade por meio de metodologias ativas. Ferramentas como o mapeamento afetivo e a prática do desenho urbano despacham-se como instrumentos pedagógicos potentes. O desenho, longe de ser apenas uma técnica de representação gráfica, atua como um meio de investigação sensível e crítica, permitindo ao estudante decodificar as camadas históricas, sociais e arquitetônicas do seu entorno (Figura 8).

Figura 8 – Práticas Pedagógicas ativas, o Ensino, Pesquisa, Extensão e a Cidade.



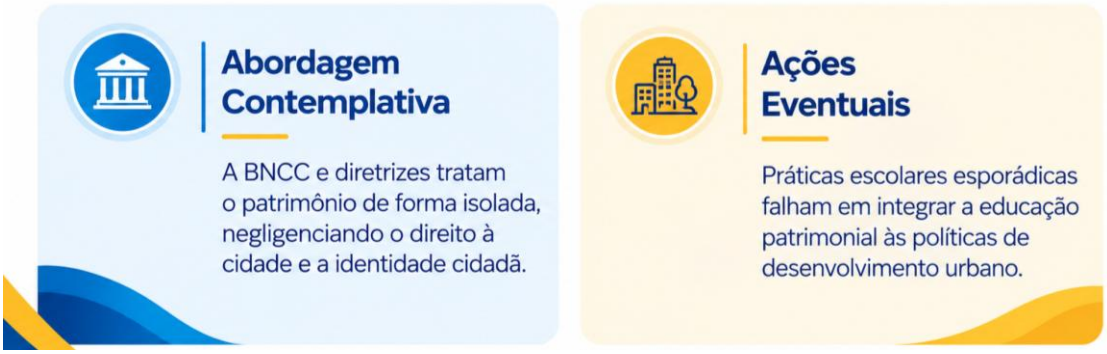
Fonte: Autoras, 2026.

Assim, o mapeamento afetivo viabiliza a expressão das subjetividades e dos vínculos de pertencimento, transformando o espaço urbano em uma extensão viva e contínua da sala de aula .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização analítica dos dados documentais e teóricos evidenciou possíveis fragilidades na articulação do patrimônio cultural entre as diretrizes curriculares e as demais normativas que orientam sua preservação e valorização (figura 9). Embora documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplem o reconhecimento da diversidade cultural e das referências patrimoniais, observa-se que essa abordagem nem sempre se traduz em uma continuidade formativa capaz de integrar o patrimônio às experiências cotidianas dos estudantes e às dinâmicas sociais dos territórios.

Figura 9 – O tratamento fragmentado do patrimônio – análise crítica preliminar



Fonte: Autoras, 2026.

ISSN: 2358-8829

Esse distanciamento pode contribuir para processos de desvalorização das referências histórico-culturais, enfraquecendo os vínculos de identidade e pertencimento e o reconhecimento da importância da memória coletiva na constituição dos espaços urbanos. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de ampliar as possibilidades de articulação entre educação patrimonial, currículo escolar e realidade socioespacial, de modo que a valorização do patrimônio ultrapasse o reconhecimento formal dos bens culturais e se aproxime das experiências, dos conflitos e das potencialidades presentes na vida social.

A partir da análise comparativa com os modelos luso-brasileiros de reabilitação urbana, estruturou-se uma categoria analítica voltada para a pedagogia do pertencimento. Constatou-se que a regeneração dos espaços urbanos em Portugal alcança maior sustentabilidade social quando articulada a processos educativos comunitários, onde a população, e em especial a comunidade escolar, atua como coautora da preservação.

Como desdobramento prático dessa discussão, propõe-se a inserção sistemática de oficinas de mapeamento afetivo e desenho urbano nas escolas. A aplicação empírica projetada dessas ferramentas demonstra que, ao desenhar e cartografar suas vivências e percepções sobre o patrimônio local, os estudantes deixam de ser meros espectadores e passam a reconhecer-se como sujeitos de direitos e deveres urbanos. Os achados reforçam que a superação da degradação patrimonial depende diretamente da superação da fragmentação curricular, unindo a educação patrimonial às políticas públicas de desenvolvimento urbano integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo permitiu evidenciar que a salvaguarda do patrimônio cultural e a efetivação de uma educação patrimonial crítica na educação básica dependem da superação de abordagens curriculares fragmentadas e puramente contemplativas. A análise dos marcos normativos, tendo a BNCC como eixo de reflexão, revelou a urgência de integrar o direito à cidade e a reabilitação urbana integrada aos planejamentos pedagógicos escolares.

Nesse sentido, a valorização e a salvaguarda do patrimônio cultural podem ser compreendidas como processos em permanente construção, que demandam novos olhares sobre as relações entre educação, território, memória e sociedade. Florêncio et al. (2014)

compreendem a educação patrimonial como um processo educativo que deve favorecer a construção coletiva do conhecimento, o diálogo e a participação dos diferentes sujeitos e comunidades.

Em direção semelhante, Scifoni (2017) problematiza as abordagens tradicionais da educação patrimonial e aponta para a necessidade de ampliar suas possibilidades teóricas e metodológicas, enquanto Scifoni (2022) destaca a importância de deslocar o olhar dos patrimônios consagrados para as referências culturais presentes no cotidiano dos diferentes grupos sociais. Nessa perspectiva, o patrimônio pode deixar de ser compreendido apenas como objeto de preservação e passar a ser reconhecido como dimensão viva das relações sociais, atravessada por memórias, conflitos, transformações e diferentes formas de apropriação do território.

A própria Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN reconhece a indissociabilidade entre patrimônio e comunidades, a participação ativa da sociedade, o direito à cidade e a transversalidade das ações de preservação (BRASIL, 2018). Assim, a aproximação entre escola, cidade e comunidade apresenta-se como uma possibilidade de construção de experiências educativas mais críticas e dialógicas, nas quais estratégias como o mapeamento afetivo, a leitura crítica do território e o desenho participativo possam ser exploradas como caminhos para favorecer o reconhecimento das referências culturais, fortalecer vínculos de identidade e pertencimento e ampliar a participação dos sujeitos na construção de outras formas de compreender, valorizar e salvaguardar o patrimônio (figura 10).

Figura 10 – Rumo a uma Educação Integrada – a BNCC, a Reabilitação Urbana Integrada e a valorização e salvaguarda do patrimônio.



Fonte: Autoras, 2026.

Espera-se que este trabalho contribua para o debate acadêmico e inspire novas pesquisas e práticas no âmbito do ensino básico, reforçando que a preservação do patrimônio e a reabilitação das cidades são, em essência, frutos de uma formação humana pautada na memória, na cultura e na justiça socioespacial.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; BNCC; Reabilitação Urbana Integrada; Patrimônio Cultural; Brasil-Portugal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mônica Rosario. **Políticas e práticas de reabilitação urbana integrada:** análise do programa Encosta de São Vicente em Torres Vedras, Portugal. 392 f.: il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BEZERRA, Juliana Izete Muniz; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. **Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e dá outras providências.** Brasília, DF: IPHAN, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.** Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial.** Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. DOI: https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231

SCIFONI, Simone. **Patrimônio e educação no Brasil:** o que há de novo? Educação & Sociedade, v. 43, e255310, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.255310

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.